

18. Meio ambiente

ATÉ MEADOS DA DÉCADA PASSADA, A QUESTÃO AMBIENTAL ocupava lugar modesto na agenda de prioridades do Brasil. Neste governo, o quadro mudou. Houve um aumento substantivo dos recursos federais destinados à área do meio ambiente. Entre 1994 e 2002, os recursos previstos na Lei Orçamentária para os programas do Ministério do Meio Ambiente cresceram 4,6 vezes, passando de R\$ 286 milhões para R\$ 1,6 bilhão. A gestão ambiental no país, especialmente nos últimos quatro anos, passou por mudanças profundas que envolveram a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama voltadas para o desenvolvimento sustentável.

As ações que demonstram a importância crescente que se tem atribuído a essa área foram as seguintes, entre outras:

Combate ao desmatamento na Amazônia

- Maior proteção para nossas florestas
- Mudanças na legislação para combater os crimes ambientais
- Criação da ANA (Agência Nacional das Águas), uma espécie de “guardiã dos rios brasileiros”.
- Expansão das Unidades de Conservação Federais (parques e reservas)
- Defesa da biodiversidade
- Adoção do diálogo e da cooperação com as representações da sociedade civil na sua pluralidade em torno da questão ambiental.
- Elaboração da Agenda 21 Brasileira
- Reestruturação do Fundo Nacional do Meio Ambiente

Com esse conjunto de iniciativas, o Brasil mostra os resultados que vem obtendo na Agenda Verde (florestas e biodiversidade), Agenda Azul (recursos hídricos) e Agenda Marrom (qualidade ambiental).

O Brasil foi o primeiro entre os 175 países signatários da Agenda 21.

Agora, conclui a elaboração da Agenda 21 Brasileira, conduzida com base em critérios que privilegiam uma abordagem multidisciplinar e o planejamento de longo prazo. Foram selecionadas áreas temáticas que refletem de modo abrangente os nossos problemas socioambientais. O documento final foi conduzido de maneira a refletir o pensamento médio da sociedade brasileira sobre o desenvolvimento sustentável, apontando os rumos que o Brasil pretende seguir.

Diminui a área de desmatamento na Amazônia

Considerado um dos maiores problemas ambientais do planeta, *o desmatamento da Amazônia está sendo finalmente enfrentado pelo Brasil*, a partir de uma série de iniciativas tomadas pelo Governo Federal nos últimos anos.

- As imagens de satélite da região, monitoradas regularmente pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), mostram que *a área de florestas atingidas caiu de 18,226 mil km² em 2000, para 15,756 mil km², em 2001*.
- Essas estimativas, com base numa amostra representativa das imagens do satélite, representam uma redução de 13,4% de um ano para o outro.
- No caso do Mato Grosso e do Pará, a queda foi ainda maior, em torno de 20% e 38%, respectivamente.
- Uma das ações para a Amazônia voltadas para o apoio a atividades sustentáveis é o *Programa Amazônia Sustentável* (2000-2003). Cerca de R\$ 120 milhões estão previstos para projetos de gestão de recursos naturais, capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, proteção das florestas, consolidação de áreas protegidas e apoio às comunidades extrativistas, entre outros.

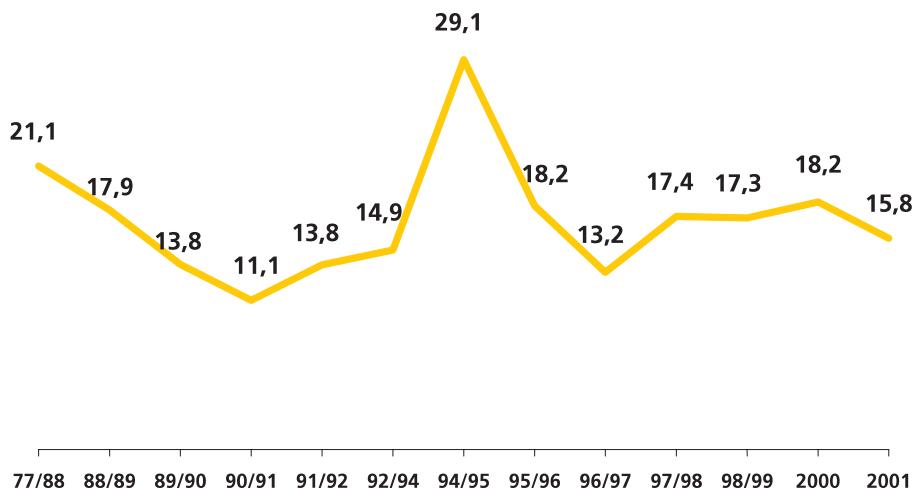
Os Números do Desmatamento na Amazônia, ano a ano

Período	Taxa Média do Desflorestamento Bruto (km ²)
1977/1988	21.130
1988/1989	17.860
1989/1990	13.810
1990/1991	11.130
1991/1992	13.786
1992/1994	14.896
1994/1995	29.059
1995/1996	18.161
1996/1997	13.227
1997/1998	17.383
1998/1999	17.259
2000	18.226
2001	15.756

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Desmatamento na Amazônia

Em 1.000 km²/ano



Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Resultado do uso irracional dos recursos naturais, a derrubada de florestas ocorre por meio de queimadas para as pastagens na atividade pecuária, ou por meio da ação das madeireiras e da mineração. *Na primeira metade da década passada, a Amazônia sofreu um desmatamento crescente até atingir o pico de 29 mil km² anuais, em 1994/1995, como mostra o gráfico da página anterior.* O Governo Federal adotou estratégias importantes, nos últimos anos, que proporcionaram avanços significativos nas campanhas anuais de combate ao desmatamento da região amazônica. Algumas delas merecem destaque:

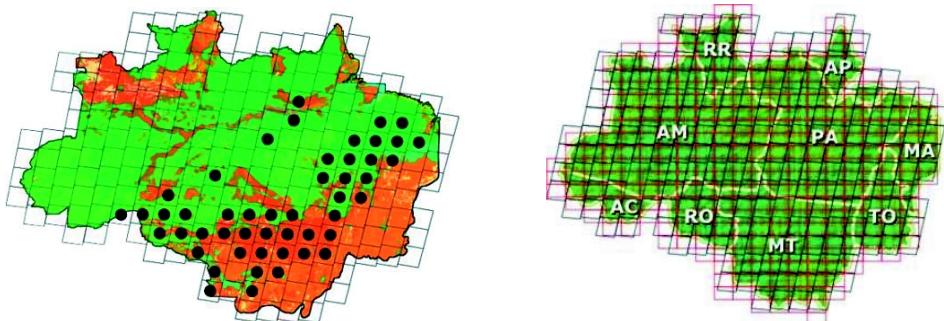
- *O Ibama dispõe agora de tecnologia de última geração para a prevenção de incêndios florestais, com base em imagens e informações de satélite.*
- Houve ampliação da capacidade do Proarco (Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal) e do Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção de Incêndios Florestais), habilitados a identificar as áreas de maior risco, por meio de um sistema de monitoramento e de tomada de decisão, apoiado em alta tecnologia.
- *A combinação dessas informações com o uso de aviões especiais (“de asa rotativa multimissão”)* permitiu ampliar a presença do Ibama.
- O uso de imagens de satélites e helicópteros levou a identificar 43 municípios responsáveis por 70% dos desmatamentos (num total de 260), de 1998 a 2001. Eles passaram a ser prioritários nas ações de prevenção e combate aos incêndios.
- O Proarco foi criado em 1998, na seqüência de um incêndio devastador. Durante os meses de fevereiro e março, calcula-se que cerca de 15 mil km² tenham sido queimados em Roraima, atingindo savana, partes de florestas abertas e florestas densas fechadas. Durante vários dias, aeroportos foram fechados por causa da fumaça em suspensão.
- *O Brasil descobriu que não estava preparado para combater incêndios florestais de grandes proporções. Daí o surgimento do Proarco, que hoje tem capacidade de mobilizar, em 48 horas, uma força-tarefa de 500 homens para enfrentar o fogo.*

O Maior Programa de Monitoramento de Florestas do Mundo



O Prodes (Projeto de Desflorestamento) é a maior iniciativa do mundo em monitoramento de áreas verdes e comprova a transparência com que o Governo Federal passou a tratar dos problemas ambientais da Amazônia. Valendo-se de imagens de satélite, 85 especialistas acompanham regularmente a Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão e de Goiás).

É uma área de 5 milhões de km², suficiente para acomodar toda a Europa Ocidental (ao lado).



O satélite americano Landsat faz 229 imagens, regularmente, que cobrem toda a Amazônia Brasileira e permitem identificar as áreas mais atingidas ano a ano

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

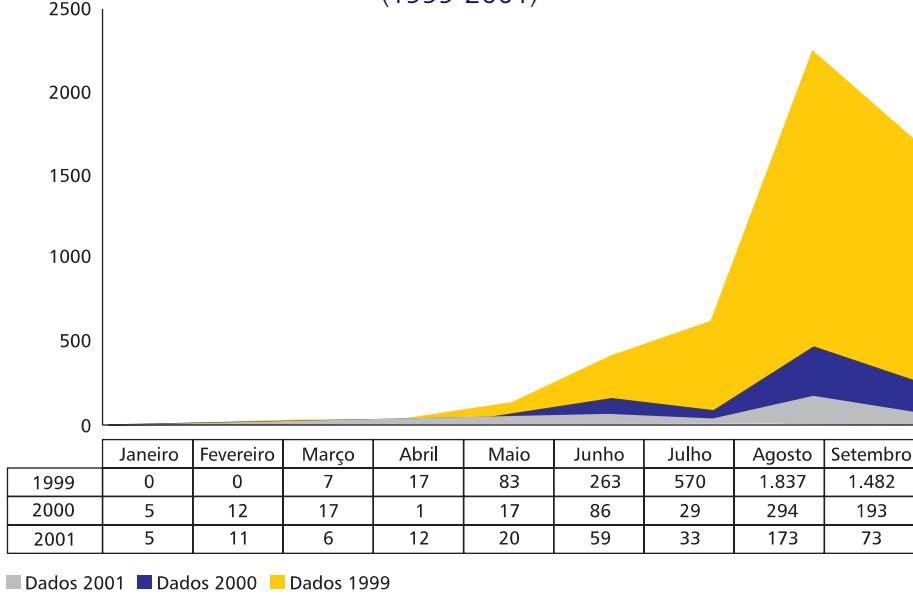
O Florescer (Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais) vem realizando uma série de atividades, de forma descentralizada e simultânea, a fim de reduzir os desmatamentos e diminuir os focos de calor de cerca de 100 mil para, no máximo, 50 mil por ano.

- São três os principais tipos de ação do Florescer:
 - Combate direto a queimadas e incêndios
 - Prevenção e recuperação de áreas degradadas
 - Educação e capacitação de produtores e comunidades rurais na utilização de novos equipamentos e tecnologias.

- O Florescer monitora as queimadas com elaboração de ampla cartografia, com 1.440 mapas de regiões de risco. Faz monitoramento diário de focos de calor que permite mapear o risco de incêndios florestais, apontando diversos níveis de alerta.
- Do Florescer faz parte o Proarco (Programa de Controle e Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento), com verbas do Banco Mundial. O objetivo é prevenir e combater a ocorrência de incêndios florestais em larga escala na Amazônia Legal, nas áreas onde a incidência do problema é maior.
- O Proarco é operado com o apoio do Prevfogo (Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais).
- *A meta principal do Proarco é reduzir em pelo menos 30% os acidentes com o uso do fogo.* Para tanto, ele financia:
 - a capacitação das organizações especializadas;
 - a distribuição de equipamentos de combate a incêndios;
 - a produção de material didático nos municípios participantes.
- Em 2001, o Florescer enviou equipamentos, pessoal e recursos financeiros para combater incêndios florestais a 16 estados. Fez também operações especiais de fiscalização da flora, entre as quais se destacaram: Operação Cachimbo (extração irregular de madeira de Guarantã, no Mato Grosso, até Novo Progresso, no Pará); Operação Amazônia Fique Legal (em 9 estados da região) e Operação de Combate à Extração do Palmito (Parque Nacional de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro).

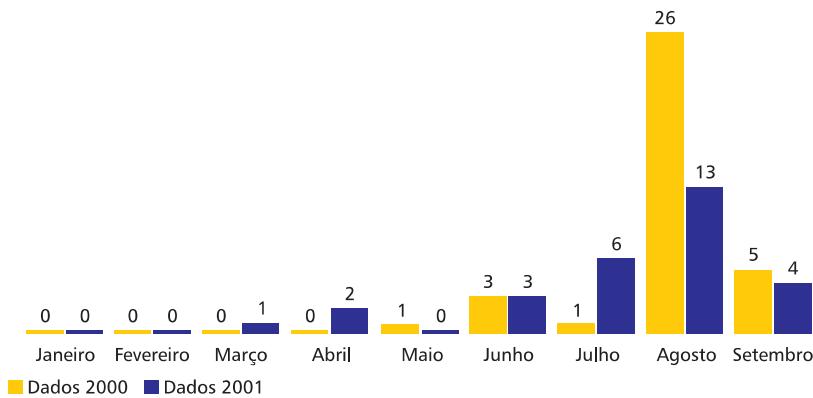
Número de Alertas Verdes na Amazônia

(1999-2001)



Número de Alertas Amarelos na Amazônia

(1999-2001)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente

- Entre os resultados expressivos produzidos pelo Proarco destaca-se a *redução de 84% no número de alertas verdes de 1999 a 2000*. De 2000 para 2001, ocorreu nova queda, desta vez de 41%. Ao mesmo tempo observou-se a redução de 20% no número de alertas amarelos, de 2000 para 2001.

Proteção das florestas

Os resultados alcançados na Amazônia revelam que *só agora o Brasil começa a ter uma política efetiva de proteção das suas florestas*, embora seja necessário reconhecer a gigantesca dimensão dos problemas que o país enfrenta.

- As florestas nem sempre foram tratadas de modo compatível com a manutenção do equilíbrio ecológico e os princípios da sustentabilidade. A Mata Atlântica, por exemplo, originalmente tinha 1,2 milhão de km², contínuos e dotados de notável biodiversidade. Hoje, está reduzida a algo em torno de 12% da sua área original. A devastação avançou também sobre a Floresta Amazônica, a Caatinga e os Cerrados.
- O Brasil continua a possuir a maior extensão de floresta tropical do mundo, cerca de 5,5 milhões de km², ou 65% da área territorial brasileira. Dois terços dessa área são formados pela Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Caatinga, os Cerrados e os ecossistemas associados. Além disso, o Brasil é também o maior produtor e o maior consumidor mundial de madeira tropical.
- A *valorização das florestas como produtoras de bens e serviços ambientais constitui uma forma apropriada de promoção do desenvolvimento sustentável*. O Brasil tem uma incontestável vocação nesse setor e dispõe de vantagens competitivas que podem garantir a liderança da sua

indústria no mercado internacional. Para isso, conta com extensas áreas de matas nativas e o domínio da tecnologia da formação de florestas de rápido crescimento.

- A formulação de políticas florestais – com suas metas, prioridades, meios e mecanismos institucionais e comunitários – *tem sido realizada de forma participativa*, acolhendo sugestões da sociedade brasileira. Mais de 600 instituições participaram da sua elaboração.
- Com *investimentos de R\$ 208 milhões*, 3 grandes linhas de ação fazem parte do Plano Plurianual 2000-2003 para o setor florestal.
 - *Programa Florestas Sustentáveis*, para aumentar a oferta de produtos florestais originados nas áreas plantadas.
- *Programa Florestar*, para promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de preservação e
 - *Programa Florescer (Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais)*, que se destina a garantir a integridade das florestas. Busca aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento dessas ocorrências, como também se antecipar às queimadas sem controle e aos incêndios e desmatamentos ilegais
- As metas de superação do déficit de matéria-prima florestal prevêem a implantação de 160 mil hectares/ano de florestas com espécies exóticas e o aumento do manejo de florestas nativas em 12 milhões de hectares/ano.
- *A redução dos danos causados por incêndios em Unidades de Conservação é o objetivo do Projeto Manejo de Fogo*, voltado para os parques nacionais de Aparados da Serra, Serra Geral, Emas, Itatiaia, Brasília, Chapada dos Veadeiros, Grande Sertão Veredas e Monte Pascoal.

Combate aos crimes ambientais

O Brasil tem hoje aquela que já é considerada *a legislação ambiental mais rigorosa do mundo. É a Lei de Crimes Ambientais* – como ficou conhecida a Lei nº 9.605, de 12/2/1998, regulamentada pelo Decreto nº3.179, de 21/9/1999.

- Antes, os órgãos ambientais ficavam de mãos atadas em razão da ineficácia dos efeitos das *multas de baixo valor* sobre quem cometia atos contra a natureza. A maior multa era de R\$ 4,9 mil, insuficientes para inibir os infratores. *Agora, os valores variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões, penalidade que pode ser triplicada em caso de reincidência.* Além de responsabilizadas criminalmente, as empresas são obrigadas a reparar os danos ao meio ambiente.
- Além das multas, outros exemplos de penas são:
 - Prestação de serviços à comunidade
 - Proibição de participar de licitações públicas, fazer contratos com órgãos públicos ou receber incentivos fiscais
 - Pagamento em dinheiro à vítima lesada
 - Recolhimento domiciliar do condenado
 - Prisão de até 5 anos.

- *Principais crimes contra a fauna* (atividades sem permissão oficial de autoridade ambiental):
 - Matar, perseguir, caçar ou impedir a procriação de animais
 - Vender, expor à venda, exportar ou comprar, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes animais. Vale também para produtos e objetos originados desse animais
 - Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilação, bem como realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos
 - Provocar a morte de animais por meio de algum tipo de poluição
 - Fazer pesca predatória ou pescar com o emprego de explosivos.
- *Principais crimes contra a flora:*
 - Cortar árvores, danificar ou destruir florestas de preservação permanente
 - Causar dano às Unidades de Conservação (parques, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental)
 - Provocar incêndio em mata ou floresta
 - Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios em florestas
 - Extrair pedra, areia ou cal de florestas sem autorização
 - Cortar ou transformar madeira de lei em carvão
 - Usar motosserra em florestas sem licença ou registro.
- *Outros atos e iniciativas considerados crime na nova legislação:*
 - Causar poluição de qualquer natureza
 - Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização
 - Produzir, embalar, transportar ou armazenar produtos ou substâncias tóxicas em desacordo com as exigências sanitárias
 - Construir, reformar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos ou obras potencialmente poluidores
 - Disseminar doença, praga ou espécie que possam causar dano à agricultura, à pecuária ou aos ecossistemas

Água passa a ser um bem estratégico para o Brasil

Considerada o bem natural mais valioso do século XXI, a água passou a ser considerada estratégica pelo Governo Federal no Brasil. Somos o país detentor do maior volume de água doce renovável do mundo. Em 1997, foi aprovada a Lei das Águas (Lei nº9.433, de 1997), que instituiu um Programa Nacional de Recursos Hídricos. Em junho de 2000, criou-se a Agência Nacional das Águas (ANA), responsável pela execução dessa política. A preocupação é não apenas com a qualidade das águas dos rios, mas também com a sua quantidade, por ser esta uma questão-chave para o desenvolvimento da região semi-árida do país (Nordeste).

- O objetivo da ANA é organizar o uso da água e disciplinar a utilização dos rios, de forma que se evite a poluição e o desperdício, garantindo água de boa qualidade às gerações futuras.
- Atualmente, a ANA tem seu foco direcionado para dois graves problemas do país: as secas prolongadas, especialmente no Nordeste, e a poluição dos rios.
- No primeiro caso, a agência partiu do entendimento de que a convivência com a seca não depende só do aumento da oferta de água, mas também do “gerenciamento da demanda” (medidas de prevenção, economia, regras de racionamento e indenização de usuários).
- No segundo caso, de combate à poluição, a ANA exercerá seu papel mais relevante sempre que a bacia de um rio atingir mais de um estado. Em março de 2001, foi lançado um programa inovador que incentiva a construção de estações de tratamento de esgoto, voltado com prioridade para as bacias de rios mais castigados pela poluição.
- Um dos instrumentos da ANA é a formação de Comitês de Bacias onde existem conflitos pelo uso das águas e em regiões com rios muito poluídos. Já são cerca de 60 Comitês de Bacias em plena atividade.

Um Meio Criativo para Tratar Esgotos e Despoluir os Rios

Para expandir as estações de tratamento de esgotos e despoluir rios importantes, uma das iniciativas ambientais mais inovadoras atualmente no Brasil é o *Prodes* (*Programa Nacional de Despoluição das Bacias Hidrográficas*). Está em implantação nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em São Paulo, e no rio Paraíba do Sul, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. O programa tem um mecanismo simples e inédito no país, conduzido pela ANA, a Agência Nacional das Águas, que funciona assim:

- O Prodes *não financia obras nem equipamentos, mas paga pelos esgotos tratados, ou seja, paga pelos resultados efetivos de interesse da sociedade*.
- O Governo Federal firma um contrato diretamente com um prestador de serviço, garantindo a contribuição financeira por um período determinado, a contar da entrada em funcionamento da estação de tratamento.
- Esse valor pago representa até 50% do custo do investimento.
- Há 7 empreendimentos habilitados, dos quais seis já foram contratados. O custo total das estações é de R\$ 34,2 milhões. Assim que começarem a funcionar, os prestadores de serviço receberão da ANA R\$ 14 milhões. Outros 11 estão em fase de contratação, e 36 em análise para habilitação.

- O Comitê de Bacia é uma espécie de Parlamento das Águas, que reúne os usuários (consumidores, indústrias, irrigantes), o poder público (governos federal, estaduais e prefeituras) e organizações não-governamentais. Tudo que puder ser resolvido localmente não é remetido ao Governo Federal.
- Os programas *Nossos Rios*, em seu conjunto, envolvem ações orientadas para a aplicação do conceito de gestão integrada em três grandes bacias hidrográficas brasileiras – São Francisco, Paraíba do Sul e Araguaia-Tocantins.
- Em relação às demais bacias, a responsabilidade é do *Programa Águas do Brasil*.

Expansão dos parques e das reservas florestais

Entre 1995 e 2002, cresceu muito a área protegida de parques e reservas florestais. Existem, hoje, em todo o país 546 *Unidades de Conservação Federais*, somando uma área de cerca de 43,2 milhões de hectares ou 5,07% da área total do país. Elas estão divididas em duas categorias de manejo (Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável).

- 445 pertencem ao grupo de *Proteção Integral*, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Representam 40,3% da área total das Unidades de Conservação Federais.
- 101 pertencem ao grupo de *Uso Sustentável*, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Representam 59,7% da área total das Unidades de Conservação Federais.
- O estabelecimento de áreas protegidas (para Proteção Integral ou Uso Sustentável) é um dos principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade.
- Além das áreas federais, todas as 27 Unidades da Federação possuem, em maior ou menor medida, *Unidades de Conservação Estaduais*. O Estado do Amazonas, por exemplo, detém 2,3 milhões de hectares protegidos sob a forma de Unidades de Proteção Integral e 5,9 milhões de hectares de Unidades de Uso Sustentável.
- O *Programa Parques do Brasil* foi criado a fim de facilitar a coordenação e a integração dos esforços de gestão nos níveis federal, estadual e municipal, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A meta é atingir a proteção de 10% de cada um dos biomas brasileiros, tendo em vista garantir a proteção da biodiversidade, a geração de emprego e renda, por intermédio de práticas econômicas sustentáveis, e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), está interligando as unidades de conservação de todos os ecossistemas em *grandes corredores ecológicos que permitem o trânsito seguro da fauna e da flora, necessário à recolonização dos animais e à recomposição de áreas degradadas*.

- Dos 15 corredores ecológicos, metade está em fase de implementação. Eles conectam 247 unidades de conservação (119 de Proteção Integral e 128 de Uso Sustentável). Garantem também a melhoria da qualidade genética dos animais silvestres, contribuindo para a preservação de espécies da flora e da fauna sob risco de extinção. É uma área de mais de 3 milhões de km² (24 estados das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).
- A lei que instituiu o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* prevê a constituição de conselhos consultivos de áreas protegidas. Governo e sociedade participam do processo de elaboração do plano de manejo para a respectiva unidade de conservação. Debatem ainda as iniciativas apropriadas para o desenvolvimento socioeconômico da região, entre elas o ecoturismo (nos locais onde a visitação pública é permitida), as pesquisas científicas e a educação ambiental.
- Até 1994, o país contava com 15.398.481 hectares de unidades de conservação federais de uso integral. Em 2002, o número aumentou para 25.625.005 hectares.
- *Em 2001, o Ibama reconheceu 53 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), um programa de incentivo à transformação de propriedades privadas em áreas de preservação da natureza.*
- Em 2001, o *Programa Parques do Brasil* contribuiu para a expansão da infra-estrutura de visitação pública em 7 parques: Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul; Itatiaia e Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro; Serra do Caparaó, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Chapada dos Veadeiros, em Goiás; Iguaçu, no Paraná; e Brasília, no Distrito Federal.

Em defesa da biodiversidade

Em novembro de 1997, foi iniciada a implantação do *Centro de Biotecnologia da Amazônia*, que é parte-chave do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (*Probem da Amazônia*).

- Com recursos de R\$ 55 milhões, em 5 anos, o Centro destina-se ao aproveitamento industrial de recursos biológicos insuficientemente explorados na Região Amazônica, principalmente nas áreas de:
 - germoplasma (“Estrutura física vegetal, ou animal onde microorganismos, dotada de caracteres hereditários, capaz de gerar um novo indivíduo, transmitindo suas características de geração em geração”);
 - biologia molecular;
 - fitoquímica;
 - venenos animais;
 - interação inseto-inseto e inseto-planta.
- O Probem da Amazônia prevê a participação das comunidades tradicionais locais, especialmente as extrativistas e indígenas, mediante contratos nas atividades de identificação e

coleta de produtos da fauna e da flora regionais. Deverá contar ainda com o apoio de instituições governamentais e não-governamentais brasileiras e do exterior, podendo ter a colaboração tanto de pesquisadores nacionais como estrangeiros.

- Criado em 1995, o *Fundo Brasileiro para a Biodiversidade* (Funbio) é uma sociedade civil sem fins lucrativos. Foi feito para responder à demanda por um mecanismo ágil, transparente e duradouro, que assegurasse, em complementação ao esforço governamental, recursos a projetos prioritários de conservação e utilização da biodiversidade no Brasil.
- As iniciativas tomadas recentemente pelo Governo Federal estão em sintonia com a defesa do nosso patrimônio genético e com o combate à biopirataria.

Maior controle da qualidade ambiental

Para a manutenção e a melhoria da qualidade do meio ambiente são quatro as iniciativas principais: *Qualidade Ambiental, Brasil Joga Limp, Recursos Pesqueiros Sustentáveis e Zoneamento Ecológico-Econômico*. Os investimentos destinados aos programas da Agenda Marrom somam R\$ 378 milhões no período 2000-2003.

- O *Brasil Joga Limp* visa a reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento do lixo, bem como a assegurar a sua disposição adequada no meio ambiente. Apóia ações de ordenamento da coleta, racionalização do tratamento e disposição final de resíduos sólidos. Isso inclui a capacitação de técnicos e dirigentes municipais em implementação de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e operacionalização de aterros sanitários. O programa já beneficiou 99 municípios, onde vivem 24 milhões de pessoas.

Na área de Educação Ambiental, foi estabelecida a política nacional de Educação Ambiental e o Programa Nacional de Educação Ambiental. O programa capacitou cerca de 20 mil pessoas entre técnicos estaduais e municipais, membros de organizações não-governamentais e professores em todo o país. Foram criadas comissões interinstitucionais de Educação Ambiental em todos os estados e implantados 5 pólos de Educação Ambiental. Os Protetores da Vida mobilizaram mais de 5 mil jovens em todo o país.